

ANTROPONÍMIA E TOPONÍMIA. SOBRE ALGUNS AUTORES DE REFERÊNCIA E DESIDERATAS

Dieter Kremer
Universidade de Trier

1. O título desta breve intervenção cobre uma área de trabalho tão vasta que, na realidade, seria impossível tentar cobri-la mesmo que me limitasse exclusivamente às áreas galega e portuguesa, deixando de lado a asturiana –e isto apesar de as três formarem um conjunto relativamente homogêneo do ponto de vista histórico. Por outro lado, e paralelamente, é extremamente delicado, se não mesmo problemático, falar de obras de autores presentes ou ligados, de uma maneira ou de outra, a colegas aqui presentes.

Um tratamento em conjunto da antroponímia e da toponímia, objecto de uma estreita interligação precisamente nas áreas consideradas, é tarefa bem mais inócua. Apesar disto, também aqui se assiste por vezes a um eventual equívoco: *Vilaverde* não é a mesma coisa que *Guimarães*, *Lobos* ou *Lobio* são designações toponímicas diferentes de *Coimbrões* ou *Suegos*. Uma referem-se à pessoas, as outras à intervenção consciente do homem. Por outras palavras: enquanto que a designação toponímica lexical é directa ou activa, a deantroponímica é, regra geral, indirecta ou passiva. Assim sendo, o acesso interpretativo à toponímia deantroponímica tem de passar pela antroponímia, e a detoponímica pode ser feita imediatamente a partir do léxico.

Esta esquematização demasiado tabelar não implica, de forma alguma, uma valorização do esforço, normalmente considerável, ligado à interpretação correcta da onímia, quer ela seja antroponímica ou toponímica. No entanto, e seja qual for o caso, ela necessita sempre de um enquadramento histórico e, eventualmente, geográfico, que não pode ser ignorado e cuja não tomada em conta seria fatal para todo e qualquer trabalho onomástico.

Com estas palavras introdutórias queria ainda chamar a atenção dos presentes para a terminologia utilizada nesta comunicação, já que muitos mal-entendidos no trabalho onomástico se devem à ausência de uma terminologia onomástica geralmente aceite e utilizada. Não é este o quadro adequado para entrar numa discussão

tão fundamental. Acrescento apenas que utilizo *onímia*, *antroponímia*, e *toponímia* para estabelecer uma distinção entre o objecto dos nossos estudos e os próprios estudos que constituiriam a *onomástica* em geral, e a *antroponomástica* e a *toponomástica* em especial. Acrescentam-se ainda alguns neologismos bastante práticos (ausentes todos eles, por exemplo, dos dicionários das Academias de Lisboa, Galicia e Asturias), e formados segundo o modelo *delexical*, com o sentido geral de «formado a partir de» ou seja *detoponímico*, *deantroponímico* e *deonímico* (e que não *deonomástico*!), para só mencionar os mais frequentes.

2. Como acabo de sublinhar a antroponímia histórica desempenha um papel especialmente importante no noroeste da Península Ibérica, já que uma parte considerável da toponímia é de base deantroponímica. Quanto aos nomes de pessoa, merece uma menção especial a importância do stock onímico de todo o Noroeste (e do Norte em geral, com as regiões pirinaicas e a Catalunha como principais pólos) na fisionomia antroponímica de Espanha e de Portugal e assim do Novo Mundo. Na verdade, tanto na Reconquista quanto nas conquistas, os nomes vieram com os colonos tal como aconteceu com a ou as línguas: o Sul e o Novo Mundo pouco têm de original. Deve ter-se em conta esta realidade quando se trabalha sobre as origens etimológicas e a história dos nomes de pessoa, sendo a história social e assim a propagação dos nomes (sempre com as pessoas portadoras destes nomes) uma área de trabalho distinta. É aqui, aliás, que linguistas e historiadores se encontram, na melhor das hipóteses, num diálogo que pressupõe no entanto o conhecimento e a aceitação dos resultados de investigação de cada um. Este diálogo começa apenas a iniciar-se, ainda que de maneira hesitante, mantendo-se, em geral, um sentimento de desconfiança recíproca. O resultado desta mútua ignorância são obras de valor discutível. São exemplo desta aproximação os projectos internacionais *GREHAM*, mais especificamente histórico-social, e *Nomen et Gens* onde colaboram efectivamente historiadores e linguistas. Não me cabe entrar nesta discussão, mas os projectos mencionados são exemplos da autodefinição da onomástica como disciplina autónoma respectivamente de áreas específicas dentro das grandes disciplinas Linguística e História.

No nosso contexto (ou pelo menos para a maioria de nós), a onomástica é, evidentemente, uma disciplina linguística, mais precisamente da área da lexicologia¹. Aplicam-se os conhecimentos e as técnicas da etimologia e morfologia, da história linguística, da geolinguística, etc. Mas mantém-se sempre o dualismo entre nome próprio e nome comum. Mesmo que uma alcunha (ou melhor um nome delexical) se integre no léxico geral da língua, o nome próprio do tipo *Tiago* ou *Elvira* é um fenómeno totalmente diverso, apesar de, na origem, ambos serem designações delexicais. Ao contrário da toponímia –sempre delexical mesmo quando se trata de topónimos testemunhas de línguas desaparecidas– a antroponímia de uma importante parte dos «prenomes» afasta-se do léxico comum.

3. Cada nome tem a sua história própria o que significa que todo e qualquer repertório, por muito crítico que seja, apenas pode fornecer informações gerais. Em últi-

ma consequência podia ir-se ainda mais longe ao afirmar-se que o nome próprio é sempre individual, ligado a uma pessoa concreta. Pode explicar-se linguisticamente o nome *Fernando* ou o apelido correspondente *Fernandes*, repetidos inúmeras vezes, ou seja dar-lhes, no fundo, o tratamento aplicado a nomes comuns ou apelativos aplicáveis a pessoas. Ao revés, interpretar uma alcunha delexical do tipo *Sardinha* ou *Ferro-Velho* como lexema não reflete a realidade, ou seja, a função e o significado individual concretos do nome. Esta afirmação é bastante banal, mas convém não esquecer este dilema ao utilizar os dicionários onomásticos. Estes informam, regra geral, sobre a etimologia ou história linguística de tal nome-lexema, mostram pistas de como interpretar certo tipo de nome, mas não podem dar uma explicação individual. Assim, e para citar um exemplo conhecido, um apelido espanhol como *López* não é a mesma coisa que o português *Lopes*, sendo este último formado a partir do nome pessoal *Lopo*, aquele a partir de *Lope*; ao mesmo tempo testemunham estes nomes da possível bifurcação do lexema latim LUPUS como apelativo do tipo *lobo* (que também funciona como sobrenome) por um lado, e como nome pessoal LUPUS, com uma evolução fonética e formal distinta, por outro lado. Se esta interpretação parece objectiva, o uso individual destes nomes *Lopo* respectivamente *Lobo* (e eventuais derivados ou formas hipocorísticas) pode gerir conotações específicas que escapam ao não entendido. Parece que este equívoco incontornável está na base da pouca estima que mostram os lexicógrafos em relação à documentação antroponímica, sendo a toponímia de mais valor porque menos repetitiva e menos móvel.

Alguém que pretende trabalhar na área da antroponímia histórica, vê-se automaticamente confrontado com os «estratos» históricos da língua. Há, evidentemente, paralelos, mas o peso destes estratos na língua comum ou na antroponímia pode divergir consideravelmente. Assim, por exemplo, a influência «árabe» na antroponímia do Noroeste é, à primeira vista, mínima, a aparente «germanização» massiva ultrapassa, de longe, a influência linguística geral. Para explicar este fenómeno devem, naturalmente, aduzir-se factores extra-linguísticos. Mas como explicar a matéria linguística do nome, se não há léxico germânico paralelo e quando se desconhece a germanística (uma disciplina, aliás, que pouco se tem preocupado com os nomes de origem germânica da Península Ibérica) ou a complexa história linguística dos visigodos, por exemplo? Na melhor das hipóteses recorre-se aos especialistas, às obras de referência, confiando nos respectivos resultados.

Destas obras de referência há relativamente poucas (refiro-me aos estudos românicos em geral), e raramente respondem satisfatoriamente às nossas perguntas. Temos de distinguir três tipos de obras: os repertórios ou inventários, os dicionários e os tratados: nos dicionários há ainda que estabelecer uma distinção entre dicionários temáticos e dicionários gerais.

No estado actual dos estudos onomásticos cabe um lugar destacado à recolha da documentação histórica. De facto, todos estão de acordo que só uma base larga e fiável permitirá uma interpretação histórico-linguística correcta: uma afirmação que se aplica, mas não exclusivamente, à toponímia. Não vou entrar neste assunto. Mas em última consequência significaria que só depois de dispor desta documentação se

poderia tratar sistematicamente da etimologia e história de tal nome. Ora, existem na realidade bastantes trabalhos importantes que sem ter à disposição (ou ter buscado) uma base documental histórica muito larga chegaram a interpretações absolutamente convincentes. É o caso de alguns romanistas bem formados das gerações passadas e de entre os quais sobressai Joseph M. Piel.

É costume confundir o termo etimológico —o qual a meu ver significa uma discussão etimológica e histórica pontual— com indicação enciclopédica. Assim a grande maioria das obras onomásticas de conjunto não tratam da etimologia dos nomes, recorrem às obras de especialização e indicam brevemente, muitas vezes de maneira pouco crítica e bastante apodíctica, a provável etimologia remota, sem entrar na discussão concreta de tal nome. No caso dos nomes de pessoa de origem germânica, por exemplo, devia referir-se o *Hispano-gotisches Namenbuch*. Muitas vezes, no entanto, o consultante não entende bem a matéria tratada, situação agravada pelo uso da língua alemã. Este aspecto —o da língua a utilizar em publicações científicas— é discutido periodicamente, sobretudo do lado alemão, de tradição romanística fundamental², e quando se trata da língua veicular em obras multilingues³. Mas também a Galícia se vê confrontada com este problema.

4. Além de ser bastante delicado, também é impossível tratar em poucos minutos das obras de maior importância para o estudo linguístico-histórico da antroponímia (e assim também da toponímia) galega. Trata-se de trabalhos muitas vezes dispersos ou de difícil consulta. Desde já queria sublinhar a necessidade de reunir numa só obra de conjunto os nossos conhecimentos actuais. O ideal seria, evidentemente, um *Corpus anthroponymicum historicum* e os comentários críticos correspondentes. O maior perigo reside na vulgarização acrítica. É costume copiar uns dos outros, assistindo assim a uma proliferação de informações nem sempre correctas ou truncadas, e nada mais difícil que corrigir ou extirpar preconceitos que se apoiam em autores ou obras considerados de referência. Seria fácil apresentar inúmeros exemplos, especialmente de etimologia não latina, onde o desleixo ou a superficialidade ou a «sabi-chonaria» iludem o público.

São, afinal, pouco numerosas as obras de referência que podem ajudar-nos na boa interpretação etimológico-histórica dos nomes de pessoa. Como na língua geral, convém distinguir entre as camadas históricas, o prelatino ou substrato, o latino e românico (de distinção por vezes problemática), os superstratos germânico e árabe, as influências de fora. Cada secção tem a sua própria problemática e será difícil dominá-las todas; o investigador em onomástica depende, pois, das informações que lhe são dadas pelos especialistas. A maioria dos trabalhos depende assim de outros, e dito de uma maneira muito geral, e talvez injusta, pode afirmar-se que nenhum dos actuais dicionários onomásticos é satisfatório.

O problema é, precisamente, o de que fora dos trabalhos que se ocupam da época prelatina ou da germânica ou outro aspecto muito específico, como, por exemplo, os nomes dos «francos», a grande maioria dos inventários comentados ou dicionários se ocupa da totalidade da onímia, apesar de provavelmente não existir

ninguém que domine todos os aspectos histórico-linguísticos dos nomes. O resultado será, pois, sempre eclético, de valor desigual.

5. Não vou destacar mais uma vez o papel de pioneiro do Padre Sarmiento⁴ nem a importância da obra de Joseph M. Piel⁵. Será obrigatória a referência ao primeiro e devia utilizar-se com mais evidência a obra do segundo. Se verdade é que esta obra é por vezes de difícil acesso —Piel era mestre das pequenas «achegas»— isto não pode servir de desculpa. São trabalhos magistrais os *Nomes de possesores* e os *Nomes dos santos tradicionais* (dos quais preparo uma reedição a ser publicada, no próximo ano, pela Academia de la Llingua Asturiana). Se é verdade que a documentação já não corresponde à actualmente acessível, também é verdade que estes dois textos constituem a melhor síntese da matéria: são de consulta obrigatória⁶. Os mais de 240 (inclusive os inéditos) trabalhos, na sua maioria breves achegas, de Piel constituem sem dúvida a mais importante contribuição para a onomástica galega e portuguesa, em parte também asturiana e hispânica em geral. Espero que a planeada edição das obras completas com o importantíssimo índice remissivo venha a realizar-se num futuro próximo.

O *Hispano-gotisches Namenbuch*, no qual tive a honra de colaborar, é considerada a mais importante obra de Piel. Reúne a grande maioria dos nomes na altura documentáveis e dá um breve comentário etimológico-linguístico geral na medida das possibilidades de romanistas com algum conhecimento das antigas línguas germânicas. Sempre foi por nós considerada uma obra que precisaria do controlo dos germanistas, mas estes nunca aceitaram o desafio. Assim, é preciso adverte-se: o *Hispano-gotisches Namenbuch* não é uma bíblia, falta verificar as etimologias provisoriamente propostas e evidentemente actualizar a documentação e alguma interpretação.

Neste caso concreto pode, aliás, discutir-se a problemática sempre actual da lematização. A solução adoptada —um elemento onímico normalizado e não etimológico, e o agrupamento da «família» onímica formada com este «étimo»— é resultado de um compromisso. Testemunha da actualidade desta problemática a discussão sobre lematização entre linguistas e historiadores do projecto *Nomen et Gens* no recente congresso de Uppsala, ou no interior do projecto *PatRom*.

É prometedora a situação da onomástica galega, neste momento especialmente no campo da antroponímia. Contamos com o importante inventário crítico da antroponímia galega medieval de Ana Boullón⁷ que não só dá a explicação geralmente correcta de cada nome, mas oferece ao mesmo tempo um panorama da situação antroponímica medieval e uma extensa bibliografia; pode servir também, e especialmente, como índice da antroponímia medieval. Devemos contar também com as possibilidades do *Corpus documentale latinum Gallaeciae* que se está acabando sob a direcção de Eduardo López Pereira⁸ e que permitirá uma busca sistemática. Pela minha parte nunca perdi de vista este mundo específico se bem que alguns trabalhos têm por objectivo temas pontuais como a estatística, o aparecer do «segundo nome»⁹, as minorias¹⁰ ou os nomes de lexicais em geral¹¹. Por ser de difícil consulta e bastante acrítico, além da péssima apresentação, a obra de E. Rivas Quintas

*Onomástica pessoal do noroeste hispano*¹² não corresponde ao anúncio que falava em «toda unha novidade na actual investigación filolóxica galega, no eido das etimologías» (capa). Trata-se de um riquíssimo inventário que pode resultar útil quando utilizado com crítica, mas que mistura nomes históricos com nomes actuais e que ignora a investigação etimológica. Parece ainda que se fez, nesta Faculdade, uma tese de doutoramento sobre antroponímia portuguesa medieval que não conheço. É de todos modos evidente que na antroponímia dos começos até pelo menos o séc. XI só dificilmente se pode distinguir entre Galicia, Portugal e Astúrias: a Gallaecia histórica constitui, repito-o, um dos berços da antroponímia hispânica..

6. No que se refere aos nomes actuais dispomos do *Dicionario dos nomes galegos*, uma obra que merece grandes louvores mas, ao mesmo tempo, provoca crítica face a muitos pormenores¹³. Esta obra documenta o interesse de que se reveste o estudo da antroponímia actual, que deveria ser tratada separadamente da medieval ou histórica. E isto apesar da profunda e evidente dependência em que se situa face à História, através da qual se procede a uma auto-identificação com as raízes próprias ou à etimologização de muitos dos nomes. Nesta óptica, é bastante útil a documentação do comportamento onímico; o inquérito comparativo elaborado por Ute Hafner para toda a Espanha e que será publicado, assim o espero, no próximo ano, é sem dúvida um trabalho interessante neste contexto¹⁴. Paralelamente a esse trabalho, realizei um pequeno inquérito em Portugal (não publicado), onde esta matéria se reveste também de interesse para os sociólogos, e que permite delinear algumas linhas gerais ou regras na maneira de nomear as pessoas.

Na prática falta uma obra de conjunto que permita uma informação rápida tanto sobre aspectos gerais da onomástica quanto sobre o maior número possível de nomes. Na impossibilidade de elaboração de tal obra pode recorrer-se à obra magistral de Leite de Vasconcellos sobre a antroponímia portuguesa¹⁵. Apesar de cobrir exclusivamente a área do português, nem por isso esta obra perdeu actualidade. Existe, no entanto, uma informação geral bastante completa nas partes introdutórias dos livros de Piel, de Ana Boullón ou do *Diccionario dos nomes galegos* ou em artigos enciclopédicos. Também não tem paralelo o criticado *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa* de José Pedro Machado, apesar de parecer ainda um pouco imaturo¹⁶. No entanto a crítica, sobretudo a nível dos pormenores, por muito fácil que seja é bem vinda sempre que feita num espírito construtivo. Machado inclui, ainda que de maneira ocasional e superficial, algum material galego.

A crítica mais constructiva, se bem que também ela discutível em muitos pormenores, é da autoria de A. de Almeida Fernandes¹⁷, um nome eventualmente menos conhecido entre os académicos. Faz parte daquele grupo de afeccionados, em que se inclui também, por exemplo, o Padre Domingos A. Moreira¹⁸, que se dedicam ao estudo da onímia, especialmente da toponímia local ou regional, sem sempre terem a formação ou visão necessária para essa difícil tarefa. No entanto, os resultados por eles conseguidos são frequentemente muito interessantes, não devendo menosprezar-se a sua contribuição.

A vulgarização de certos factos onímicos está na moda, especialmente no campo dos nomes próprios de pessoa. Dicionários de nomes do tipo «conselheiro» ou guia (dando apoio na resposta a perguntas como: «que nome dar ao meu filho») têm grande aceitação junto do público. Finalmente, vendem-se também em Espanha dicionários de apelidos cuja consulta, porém, deve ser feita com bastante reserva¹⁹. Há também páginas de consulta muito interessantes na Internet. Neste contexto –apelidos e serviços na Internet– a Galicia tem de investir bastante. No campo da vulgarização, o livro de F. Cabeza Quiles, *Os nomes de lugar*²⁰ pela qualidade de que faz prova, merece uma menção especial.

7. Como não é pela primeira vez que trato de desideratas e projectos onomásticos²¹, só queria resumir o seguinte, e limitando-me à Galicia: Considero de imediata importância a constituição de um *corpus onimicum historicum* que inclui toda a documentação disponível de nomes de pessoa e nomes (e designações) de lugar, podendo aproveitar-se a documentação já existente mas tentando uniformizá-la segundo critérios únicos. Num segundo passo devia extrair-se um *corpus toponymicum*, incluindo a toponímia actual completa, sugerido desde há muito. Este tesouro devia ser acompanhado de um léxico toponímico e, na medida do possível, incluir o essencial (nem tudo merece a pena ser registado) do que se escreveu para explicar tal topónimo. Também devia extrair-se um *corpus anthroponymicum*, ao qual já fiz alusão, e que serviria como base para a explicação histórico-etimológica e para a estandardização de certos nomes galegos. Visto a dimensão da onímia histórica galega, estes projectos só são realizáveis em equipa. Mas sabemos todos quão difícil é constituir um grupo de investigadores homogéneo, de alto nível científico. Alguns caminhos se delinearão ontem no âmbito do asturiano (e leonês), faltando, neste momento, uma iniciativa deste género em Portugal. Outra solução, intermédia e legítima, seria o estudo monográfico de alguns dos grandes cartulários de Galicia²². A tentativa merece a pena, tanto mais que a onímia e também onomástica galega ocupa, permito-me repeti-lo, um lugar de destaque dentro da Península Ibérica.

NOTAS

1. Esta discussão parece-me bastante repetitiva o que prova, aliás, a fraca aceitação que encontram os especialistas, por vezes considerados como peritos em matérias exóticas, pouco úteis. A acrescentar de, neste campo, trabalharem muitos amadores cujos resultados, porém, podem ser de grande utilidade para a onomástica: «aber sie sind nicht namenforschung, sondern quellen, stoff für die namenforschung», como sublinha Johannes Hubschmid na «Discussion sur la position des Sciences Onomastiques» do congresso internacional das Ciências Onomásticas de Uppsala, há meio século atrás, *Quatrième Congrès international des Sciences Onomastiques*, Uppsala 1952, édité par Jöran Sahlgren, Bengt Hasselrot et Lars Hellberg, Uppsala / København s.d., pp. 67-70 [69]. É de notar também a presença, neste congresso, do francês como língua mais utilizada: em 21 das comunicações utiliza-se este idioma, contra 16 em alemão, 4 em inglês e 2 em italiano. 50 anos mais tarde, no congresso de Uppsala de 2002 e com só 3 línguas oficiais, a situação mudou completamente: face às 36 comunicações anunciadas em francês estão as 81 em língua alemã e as 144 em inglês (segundo o que consta do livro dos resumos).
2. Cf. ultimamente Johannes Kramer, «Deutsch als Publikationssprache und vielsprachige Romanistik - ein Ärgernis in der internationalen Wissenschaftslandschaft?», *Deutschsprachige Romanistik - für wen?*, ed. Maria Lieber e Harald Wentzlaff-Eggebert, s.l. 2002, pp. 13-27.
3. Cf. Dieter Kremer (coord.), *Dictionnaire historique de l'anthroponymie romane* (PatRom). *Présentation d'un projet*, Tübingen 1997, pp. XXIV-XXV.
4. «O Onomástico de Fr. Martín Sarmiento e a onomástica galega», Actas do congresso internacional do tricentenário de Fr. Martín Sarmiento (1695-1995): *O Padre Sarmiento e o seu tempo*, tomo II, Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega / Universidade de Santiago de Compostela 1997, 15-30.
5. Cf., por exemplo, «Joseph M. Piel (1903-1992)», *RPF* 20 (1995), pp. 267-280.
6. Joseph M. Piel, *Nomes de «possessores» latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, Coimbra 1948 (separata de *Biblos*, vol. XXIII), *Os nomes dos santos tradicionais hispânicos na toponímia peninsular*, Coimbra 1950 (separata de *Biblos*, vols. XXV-XXVI).
7. Ana Isabel Boullón Agrelo, *Antroponímia medieval galega (ss. VIII-XII)*, Tübingen: Niemeyer (= *Patronymica Romanica*, 12), 558 pp.
8. Existem vários «informes» sobre este projecto que se apresentará também na próxima edição nº 13 do *Galicien-Magazin*. (Trier 2002).
9. Cf., por exemplo, «Tradition und Namengebung (Statistische Anmerkungen zur mittelalterlichen Namengebung)», *Verba* 7 (1980), pp.75-155.

10. Cf., por exemplo, «Voltando às “genealogias” da Galicia medieval», em Homenaxe a Fernando Tato (no prelo), «Onomastique et état social», *Actes del Congrès d'Onomástica*, publicadas a cura de M. Reina Bastardas i Rufat i José Enrique Gargalli Gil, Barcelona 1994, pp.17-36, ou «Onomástica medieval del noroeste hispánico. Unas consideraciones», *Scripta. Estudios en homenaje a Élide García García*, vol. I, Oviedo 1998, pp. 261-296.
11. Cf. a série «Bemerkungen zu den mittelalterlichen hispanischen cognomina», I-VII, em *Aufsätze zur portugiesischen Kulturgeschichte* 10 (1970) a 17 (1981/82).
12. Assim na capa, non título «Onomastica persoal do no hispano», Lugo 1992.
13. *Diccionario dos nomes galegos*, dirixido por Xesús Ferro Ruibal, Vigo 1992.
14. Ute Hafner, *Comportamiento onomástico en la España de hoy*, no prelo.
15. J. Leite de Vasconcellos, *Antroponímia portuguesa. Tratado comparativo da origem, significação, classificação, e vida do conjunto dos nomes proprio, sobrenomes, e apelidos, usados por nós desde a Idade-Média até hoje*, Lisboa 1928.
16. 3 vols., Lisboa [1984].
17. A. de Almeida Fernandes, *Toponímia portuguesa (Exame de um dicionário)*, Arouca 1999, e outras contribuições.
18. Cf., entre muitos outros artigos, «Miscelânea de antroponímia germânica na Galiza e Norte de Portugal», Câmara Municipal do Porto, *Boletim Cultural* XXXII (1969), pp. 473-568.
19. O relativamente melhor é sem dúvida Roberto Faure / María Asunción Ribes / Antonio García, *Diccionario de apellidos españoles*, Madrid 2001.
20. *Os nomes de lugar. Topónimos de Galicia: a súa orixe e o seu significado*, Vigo 1992.
21. Cf., por exemplo, «Proyectos para un Onomástico románico», *Verba* 6 (1979), pp. 313-339, ou «O Onomástico de Fr. Martín Sarmiento» (nota 4), pp. 28-30.
22. Cf., por exemplo, «Voltando às “Genealogias”» (nota 10).